



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Eixo temático: Política Social e Serviço Social

### Sub-eixo: Lutas sociais e Controle Democrático nas políticas sociais

# O PAPEL DAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL FRENTE À OFENSIVA DO CAPITAL: O ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

CAMILA FARIA PANÇARDES<sup>1</sup>

## RESUMO

O avanço dos valores conservadores como estratégia de enfrentamento da permanente crise em que o capital se encontra no cerne deste trabalho. Utilizaremos o pensamento de Antonio Gramsci, a concepção de classes subalternas e a sua relação com outras categorias, especialmente, o Estado, a sociedade civil e a hegemonia, para o debate da formação e trabalho profissional do Serviço Social.

## ABSTRACT

The advancement of conservative values as a strategy for facing the permanent crisis in which capital finds itself at the heart of this work. We will use the thinking of Antônio Gramsci, the conception of subordinate classes and their relationship with other categories, especially the State, civil society and hegemony, to debate the training and professional work of SocialService.

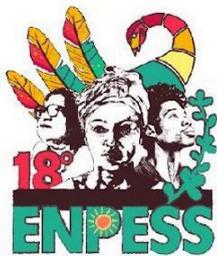
**keywords:** Capital; State; Hegemony; Social Protection; Subalterns;

## I - Introdução

O presente trabalho tem como objetivo discutir a importância do papel das instâncias de participação e controle social frente à ofensiva do capital no âmbito da proteção social no Brasil contemporâneo. O adensamento do tema para nós está relacionado com o avanço dos valores conservadores como estratégia de enfrentamento da permanente crise em que o capital se encontra. Para tal, procuramos resgatar, no pensamento de Antônio Gramsci, a concepção de classes subalternas e a sua relação com outras categorias, especialmente, o Estado, a sociedade civil e a hegemonia, como suportes da luta de classes na realidade contemporânea. A

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

pandemia da COVID-19 e o ultraneoliberalismo trouxeram desafios para a formação e trabalho profissional do Serviço Social. O genocídio, em curso, parte do avanço conservador, somados aos desastres ambientais fazem parte dos interesses do capital em crise.

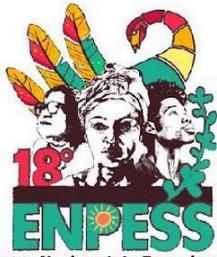
As instâncias de participação e controle social no âmbito das políticas sociais sofreram relevantes retrocessos, nos últimos anos, no Brasil, como parte do projeto conservador engendrado pela extrema direita e como estratégia da crise permanente do capital. Somamos à realidade social, as contrarreformas do Estado representando o avanço conservador sobre as políticas sociais interferindo sobre o atendimento das necessidades sociais da classe trabalhadora gerando desigualdades sociais vistas no aumento expressivo da violência, pobreza, fome e miséria.

A temática está atualmente presente no projeto de pesquisa e extensão intitulado “MAPEAMENTO DOS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA NAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO SUAS DE NITERÓI – RJ (2018-2023), na Escola de Serviço Social (ESS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O caminho percorrido por este projeto de pesquisa e extensão tem como ponto de partida as categorias “Estado ampliado”, “sociedade civil” e “hegemonia” em Antônio Gramsci, filósofo italiano que analisou o modo de produção capitalista, na Itália da década de 1920 sob a égide do fascismo. Seu lócus era a região de nascimento, o sul, que segundo o pensador sardenho apresentava disparidades com relação ao norte daquele país. Bem como Gramsci, nós partiremos do método em Marx, ou seja, o materialismo histórico, para análise do nosso objeto. Segundo Netto (2011) o problema central da pesquisa marxiana se circunscreve “*na gênese, consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista*”.

O artigo parte do real concreto para análise das determinações do conservadorismo sobre a política social no Brasil contemporâneo e quais as estratégias de resistência e as insurgências identificadas neste processo histórico de disputas de projetos societários. Tais disputas impactam sobre a reprodução social das classes subalternas e sobre a agudização das expressões da questão social contemporânea.

Cabe ressaltar que este trabalho é fruto da primeira etapa da pesquisa, que está em curso, onde temos a pesquisa bibliográfica, a partir do referencial do método marxiano, referente aos temas do conservadorismo e crise da sociabilidade burguesa; sociedade civil, subalternos, Estado e hegemonia em Gramsci. Ainda neste primeiro momento estamos construindo o grupo de estudos intitulado “Categorias gramscianas para pensar o Brasil contemporâneo” e tem como



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

objetivo o aprofundamento e debate das categorias gramscianas para compreensão do Brasil contemporâneo e sua articulação com o projeto ético político da profissão. Neste processo é que, dialeticamente, podemos fortalecer a construção coletiva de estratégias de resistência atentas a uma sociabilidade oposta à capitalista.

## II – Desenvolvimento

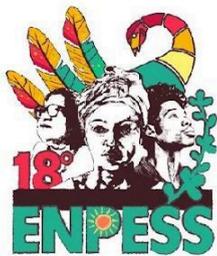
### 2.1 – Gramsci e a função dos subalternos na questão da hegemonia.

O papel das lutas populares e da sociedade civil é ressaltado por Gramsci (2000) na questão meridional, a partir do “espírito popular criativo”. Segundo Gramsci (2000) não é possível pensar na política, transformação social, democracia, revolução e unidade nacional sem o protagonismo dos “subalternos”. A formação de uma nova práxis política no período da redemocratização, no Brasil, teve a colaboração fecunda das categorias gramscianas e intelectuais orgânicos dos partidos de esquerda, movimento sindical e movimentos populares. O papel dos intelectuais para o pensador sardenho está na sua capacidade de organização das ideias e vontades dos subalternos. O intelectual orgânico das massas deve estar antenado às lutas da classe trabalhadora e o atendimento das suas necessidades sociais.

Como Estado entendemos o resultado histórico de processos de forças entrelaçadas, processos que raramente produzem condições vantajosas para os grupos subalternos. A conformação da teoria ampliada do Estado se deu numa época histórica determinada, momento que Coutinho (1994, p. 54) sinaliza com uma “maior concretização ou ampliação do fenômeno estatal”. Os Cadernos do Cárcere foram o marco fundamental da reflexão de Gramsci no contexto histórico e para a produção de determinados conceitos, cuja vigência transcende a conjuntura em que foram pensados.

Na obra gramsciana, as primeiras noções sobre o termo “subalterno” aparecem nos escritos pré-carcerários, empregadas para designar a submissão de uma pessoa a outras, mais especificamente no contexto da hierarquia militar. É, no entanto, nos *Cadernos do Cárcere* que Gramsci amplia largamente o significado desse conceito, demarcando seus nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis.

Para Antônio Gramsci (1999, p. 111) a superação da condição de subalternidade requer, para Gramsci, a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suplantar o senso comum e tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contra hegemonia.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## 2.2 – A ofensiva do capital no âmbito da proteção social no Brasil contemporâneo. As

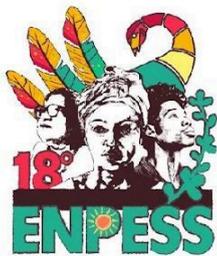
contradições assumidas pela relação entre capital e trabalho são particulares a cada estágio do capitalismo. No esgotamento do estágio monopolista deflagrado pela crise do capital na década de 1970, verificamos transformações que incidiram sobre o mundo do trabalho, suas relações, o modelo keynesiano projetado nos anos de ouro com os sistemas de proteção social – os Welfare State.

Houve no universo da produção capitalista transformações substanciais que influenciaram sobre a reprodução das relações sociais e suas representações políticas, culturais, ideológicas, artísticas e sociais. A chamada reestruturação produtiva requeria um trabalhador polivalente, uma produção pautada no método da administração baseados em categorias conservadoras como “eficiência” e “eficácia”. Segundo Behring (2008) a reestruturação produtiva caminha com o ajuste fiscal neoliberal, que significa a desregulamentação de direitos, no corte de gastos sociais e em deixar milhões de pessoas à sua própria sorte reforçando a meritocracia.

No campo da regulação da vida social as preposições eram em torno de um Estado eficiente que cumprisse uma agenda econômica e fiscal que entrasse na lógica do lucro. Esses preceitos são engendrados pelo receituário neoliberal como estratégia para a superação da crise do capital. A lógica neoliberal foi ratificada pelos Estados Nação, pelos organismos internacionais como FMI e Banco Mundial através do Consenso de Washington.

Como parte da realidade mundial, o Brasil enfrentava os impactos desta crise com aumento exponencial do desemprego, altas taxas de juros e inflação descontrolada. A adesão ao neoliberalismo pelo Brasil aconteceu no início da década de 1990, em contraponto às recentes conquistas da classe trabalhadora em prol dos direitos sociais e do atendimento das necessidades sociais de reprodução, na promulgação da Constituição Federal de 1988, no processo de redemocratização do país após 21 anos de ditadura civil militar como parte do “projeto de contrarrevolução preventiva” arquitetado pelas burguesias nacional e internacional e já provado, com financiamento do governo dos EUA.

O processo histórico de contrarreformas do Estado brasileiro, na década de 1990, no bojo das contradições entre capital e trabalho, capturado pelos interesses do capital em crise, passou por contenção de despesas e gastos para se tornar eficiente e superavitário. Isto significou cortes nas políticas sociais de saúde, educação, previdência social e assistência social. A ideia de Estado mínimo elaborada pelo neoliberalismo como estratégia para conter a crise deve ser vista como parte do “problema de hegemonia” colocado por Gramsci ao compreendermos a construção de consenso em torno desta máxima. Segundo Mota (1995, p.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

95) configurou-se como uma *“contrarreforma social e moral, na perspectiva de recomposição da hegemonia burguesa”* no período da redemocratização do país.

Na Constituição Federal de 1988, considerada a Constituição Cidadã ficou instituído o Estado democrático de Direito, encarregado de atender aos direitos sociais dos indivíduos preservar os valores democráticos. No art.194 está previsto: *“A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência Social e à Assistência Social”*.

Este inédito sistema de proteção social sobre o tripé da seguridade social estão: a Saúde com seu caráter universal, a Previdência Social com caráter contributivo e a Assistência Social para quem dela necessitar como responsabilidades do Estado no contexto de desenvolvimento, ampliação e crises do modo de produção capitalista.

Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, seja pelo nível de desemprego, ou pelas orientações macroeconômicas vigentes, o Estado capitalista amplia o campo de ação da Assistência Social para além dos pobres, os miseráveis, os inaptos para produzir e os desempregados passam a ser alvo dos programas da política de Assistência Social.

Feitas estas considerações, compreendemos o conservadorismo, segundo Barroco (2015, p. 628, apud Borges & Matos, 2020, p.69), sendo a reprodução ideológica de um conjunto de determinações estruturais e conjunturais. Não estaria dissociado das ideias formuladas no campo da direita e/ou da ultradireita.

De modo geral, o que caracteriza o pensamento conservador é o esvaziamento do conteúdo histórico, a defesa de desfiliação teórica e a valorização de preconceitos em nome da tradição e das evidências empíricas, além de uma negação da totalidade e do “totalitarismo” (como se referem às experiências socialistas). A negação e coerção às demandas e reivindicações da classe trabalhadora e luta por hegemonia podem ser vistas nos processos históricos de lutas sociais no Brasil, onde obtiveram avanço a partir de mobilizações populares e dos movimentos sociais.

O papel das lutas populares e da sociedade civil é ressaltado por Gramsci (2000) na questão meridional, a partir do “espírito popular criativo”. Segundo Gramsci (2000) não é possível pensar na política, transformação social, democracia, revolução e unidade nacional sem o protagonismo dos “subalternos”. A formação de uma nova práxis política no período da redemocratização, no Brasil, teve a colaboração fecunda das categorias gramscianas e intelectuais orgânicos dos partidos de esquerda, movimento sindical e movimentos populares. O

papel dos intelectuais para o pensador sardenho está na sua capacidade de organização das ideias e vontades dos subalternos. O intelectual orgânico das massas deve estar antenado às lutas da classe trabalhadora e o atendimento das suas necessidades sociais.

### **2.3 – As lutas populares e questão da hegemonia no Brasil recente.**

Cabe ressaltar que Gramsci (2000) chama a atenção para a diferença entre o “popular” e o “populismo” em que consiste em uma concepção demagógica e paternalista no trato com o povo. Na América Latina, a ascensão de governos populares e progressistas, a exemplo, os governos do PT no Brasil (2003-2016), segundo Behring et. al. (2020) não reverteu e sequer interrompeu a aplicação do receituário neoliberal em sua essência. Ao contrário, fez do reconhecimento de pautas populares, associadas a políticas sociais focalizadas, estratégia no cooptação de lideranças sindicais, feministas, de movimentos antirracistas e LGBTQs para formação de um novo consenso.

Segundo Behring (2021) o fundo público é um dos meios pelos quais o Estado capitalista e os governos materializam suas políticas e projetos, expressando a própria razão de ser do Estado. Trata-se de um Estado burguês, cujas funções – econômicas e políticas – se realizam ao mesmo tempo em que ocultam a sua essência de classe. Para a autora, o fundo público é “*um compósito de mais valia incidindo sobre lucro/juro e a renda da terra e sobre a renda do trabalhador*” (BEHRING, 2021, p. 98), atuando ao mesmo tempo na reprodução ampliada do capital e do trabalho. São riquezas apropriadas através da exploração tributária, pela qual o Estado cumpre importante papel na rotação do capital, por meio de créditos, débitos, financiamento e endividamento público.

Para garantir a hegemonia e ampliação do capital financeiro, foi engendrado no Estado brasileiro, um projeto desenvolvido por aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes, em torno de valores conservadores, desenhando um golpe contra as forças progressistas no poder e desencadeando o impeachment da Presidente da República, em 2016. Gramsci (2000) chama a atenção para a “*condição desagregada e episódica*” dos grupos subalternos e a contínua e reiterada iniciativa dos grupos dominantes sobre eles, mesmo quando se rebelam. Somente a vitória permanente, isto é, consistente e contínua podem evitar a insubordinação aos grupos dominantes.

Sua condição histórica e ameaçada precisa estar na pauta permanente das lutas sociais e populares. No Brasil, vimos esta condição no governo de Dilma Rousseff, sob os efeitos da crise do capital de 2008, na economia brasileira. A vitória apertada na reeleição de Dilma Rousseff em

2014, foi seguida por numerosas manifestações encabeçadas por organizações de direita ao longo de 2015, que forneceram o suporte político e ideológico para as iniciativas dos grupos dominantes que desenharam o golpe.

O golpe de 2016 foi a alternativa encontrada pelas classes dominantes para deter os impactos da crise econômica e a instabilidade política, adequando o país às exigências da acumulação capitalista, em nível mundial. Dito de outro modo, dentro dos parâmetros da ordem global, a solução para a crise brasileira passava pela reciclagem do padrão de acumulação liberal-periférico e pela recomposição do padrão de dominação autocrático burguês (SAMPAIO JR., 2017, p. 252).

Segundo Cassin (2022, p. 22), a dissolução da conjuntura externa favorável favoreceu governos de conciliação de classes e o neoliberalismo teve que ser aprofundado, o que pressupunha a criação de uma base ideológica de consenso — que teve nos protestos da direita reacionária e na grande imprensa seus principais alicerces, além de uma correlação de forças que intensificasse os mecanismos de repressão contra os trabalhadores. Antunes (2020, p. 291) aponta que o golpe deu início a um novo período de “contrarrevolução preventiva, agora de tipo ultra neoliberal e em fase ainda mais agressiva”.

Sucessora de Lula, Dilma Rousseff concluiu o segundo mandato, assumido pelo vice presidente Michel Temer, cumprindo o pressuposto de transição.

A Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), aprovada em 15 de dezembro de 2016. Conhecida como a PEC 55 ou mais popularmente como a PEC do “fim do mundo”, que instituiu um “Novo Regime Fiscal”, restringindo o gasto público primário, destinado a direitos sociais fundamentais, como a saúde, a educação e a assistência social pelos próximos 20 anos (Brasil, 2020). A EC 95 estabelece um teto de gastos para as despesas primárias. Dessa forma, o gasto público primário só poderá ser ampliado para cobrir a inflação do ano anterior. Isto é, não haverá aumento dos recursos financeiros, o que se tornará cada vez mais incompatível com as demandas pelos serviços sociais públicos, já que desconsidera o crescimento demográfico e a taxa de longevidade brasileiro.

Em 2019, o Sr. Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) é eleito presidente da República, revelando um projeto neofascista e neoconservador, com objetivo de invadir a esfera pública para defender interesses privados, desqualificando as políticas estruturantes e instaurando o caos por meio da retirada de investimentos em saúde, educação, ciência, tecnologia e meio ambiente. Cabe ressaltar que, neste contexto, a moralização das expressões da questão social foi direcionada à punição dos indivíduos e a lógica da morte.

Segundo Behring et al (2020, p. 25) a eleição de Bolsonaro converge com a tendência internacional de ascensão da extrema-direita reacionária, autoritária e/ou neofascista. De acordo com Löwy (2020, p. 13), essa tendência “já governa metade dos países em escala planetária: um fenômeno sem precedente desde os anos de 1930”.

Segundo Freire e Cortes (2020) a redução orçamentária incidiu significativamente sobre a educação, que foi uma das áreas mais atingidas. O governo Bolsonaro, extinguiu cerca de 27.500 cargos em universidades públicas e vedou a abertura de concursos para 68 cargos, por meio do Decreto 10185/2019, objetivando o sucateamento da educação superior pública. Além de cortes no investimento na educação básica, profissional e superior, cujo orçamento caiu de R\$ 2.2 bilhões para R\$ 1.9 bilhões em 2020. Tivemos a paralisação de 7 cursos do PRONERA, destinados à educação dos trabalhadores em 4 Estados. Neste mesmo ano, houve ainda cortes das bolsas ofertadas CAPES de mais R\$ 2.1 bilhões de reais em relação ao ano anterior.

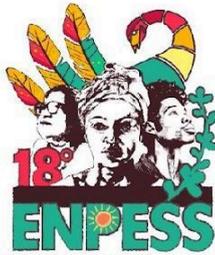
No âmbito da participação e controle social, no ano de 2019, o então Presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto 9.759, que visou a diminuição do número de conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Esses programas, criados pelo governo Dilma Rousseff, em 2014, também foram extintos.

### **III – Considerações Finais**

Consideramos que os desafios são próprios dos processos democráticos, e a partir da eleição do Presidente Jair Bolsonaro, o negacionismo em detrimento da proteção social e prevenção à pandemia desnudaram as contradições do projeto neoliberal, ampliando o nível de desigualdade entre as classes.

Ressaltamos que as análises acerca do avanço do ultraconservadorismo na proteção social, está no lugar que a participação e o controle social assumem na sua gestão, no conjunto da Seguridade Social, e na reprodução das relações sociais, e luta pela reapropriação do valor de uso social e coletivo do trabalho humano.

Quais os limites democráticos da participação e do controle social, na seguridade social brasileira, diante das constantes ofensivas do capital em crise para retomada da hegemonia? O ultraconservadorismo se espalha pelas estâncias democráticas e decisórias, com o objetivo de esvaziar o sentido da proteção social como um elementar direito social e humano. Tal projeto tem



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

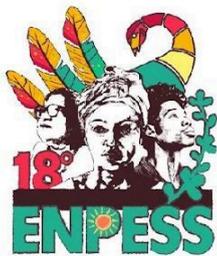
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

uma função ideológica de manter historicamente os privilégios da burguesia nacional destruindo qualquer possibilidade de avanço das pautas progressistas, reprodutoras das necessidades sociais dos trabalhadores e trabalhadoras. A sociedade brasileira se funda nas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo e ao ideário de liberdade.

O papel dos subalternos na construção dos processos de resistência, seja por “adesão ativa ou passiva”, pode contribuir para travar no campo da hegemonia, novos caminhos e possibilidades para afirmar a sua autonomia e construir projetos societários para além dos limites postos pela hegemonia burguesa. Devemos reconhecer que esse é um processo "longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de desdobramentos e reagrupamentos" (GRAMSCI, 1999, p. 104), que exige persistência e pressão advindas da contra hegemonia popular.

#### IV – Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BARBOZA, L. M. Economia Solidária, saúde e meio ambiente: um estudo da política municipal de Niterói (RJ). PINHEIRO, L. F. (Org). RESISTÊNCIA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. Niterói: Ed. UFF, 2024.
- BEHRING, E. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E. CISLAGHI, J. F. SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
- BEHRING, E. R. Fundo público, valor e política social. São Paulo: Cortez Editora 2021.
- BRASIL.[Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.4.ed. São Paulo.
- BORGES, M. E. S. & MATOS, M C. As duas faces da mesma moeda: ultraconservadorismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
- CASSIN, M. P. S. Dependência e ultraneoliberalismo: As políticas sociais no Brasil no pós golpe de 2016. Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 17- 33, jan./jun. 2022.
- CASTRO, J. A Geografia da Fome: pão ou aço Josué de Castro. — Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

COUTINHO, C. N. A Democracia como Valor Universal e outros ensaios. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1984.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Política*, Cortez, 1994.

DURIGUETTO, M. L., & BAZARELLO, R. D. (2015). Movimentos sociais e Serviço Social: termos do debate. *Temporalis*, 15(29), 133–155. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2015v15n29p133-155>

ESPING-ANDERSEN, G. After the golden age: the future of the welfare state in the new global order. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), Genebra, 1994.

FONTES, V. PREFÁCIO NA TRAGÉDIA DA PANDEMIA. BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FREIRE, S. & CORTES, T. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal aportes para reflexão. BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

GUIMARÃES, G. S., COSTA, J. S., BROTTTO, M. E. e SILVA, P. A gestão da assistência social e direitos humanos em Niterói - O Centro Pop e seus desafios. *Revista O Social em Questão* - Ano XIX - nº 36 – 2016. pg 377 – 398.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Volume 2. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. V. 1. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. V. 3. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere.V. 5. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.